

Os planos do PT para agricultura e telefonia

Propostas para o setor rural serão divulgadas na próxima quinta-feira

Roberto de Lira*
de São Paulo

A frente de oposições deverá divulgar na próxima quinta-feira as propostas de governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola para a agricultura, que será considerada prioridade. A informação é do presidente nacional do PT, José Dirceu à agência O Globo.

Segundo ele, o texto prevê a aceleração da reforma agrária, mas também defende a implantação de uma política de crédito para os pequenos e médios produtores rurais. José Dirceu deixou claro que a proposta do PT para agricultura é ampla, e que vai contemplar também os médios e grandes agricultores.

Para o setor de telecomunicações, a proposta dos partidos de oposição prevê que a Brasil Telecom, operadora nacional que reuniria as atuais empresas do Sistema Telebrás, teria o Estado, fundos de pensão e investidores privados no controle de seu capital e gestão econômico-financeira.

O programa inclui o adiamento da venda do Sistema Telebrás por pelo

menos seis meses para discussão de sua proposta para o setor. Dirceu comparou a proposta aos modelos adotados em países como Inglaterra e Espanha, onde, apesar do processo de privatização, os governos continuam detendo uma participação estratégica nas empresas de telecomunicações por meio de golden shares e de outros instrumentos.

O presidente do PT também citou as experiências da França e Alemanha, onde está em curso um processo de redução parcial do controle estatal, mas mesmo assim o Estado permanece como acionista majoritário. O presidente do PT afirmou que, no Brasil, mesmo detendo menos de 20% do capital social da Telebrás, o Estado exerce controle absoluto e autoritário sobre a empresa, inclusive propondo-se a liquidá-la sem consultar os demais acionistas. Dirceu referia-se aos quatro milhões de pequenos investidores individuais

que detêm ações da Telebrás.

De acordo com o petista, a manutenção de uma presença estratégica do governo na Brasil Telecom visa assegurar as "missões públicas próprias do operador nacional". Entre essas missões está garantir as redes de serviços em todos os 5.500 municípios brasileiros, expandir essas

redes para escolas, hospitais e outros serviços públicos, garantir a cobertura da Amazônia e demais regiões pouco povoadas, e ainda fomentar

políticas de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Ainda segundo Dirceu, a empresa não admitiria em nenhuma hipótese que satélites brasileiros fossem controlados por empresas com sede e direção no Exterior.

A coligação vai propor uma emenda à atual Lei Geral de Telecomunicações (LGT) excluindo a possibilidade de orçamentos públicos

custearem serviços deficitários, que deverão ser inteiramente suportados pelas receitas e lucros da Brasil Telecom. Com essa empresa vão estar garantidos os futuros investimentos na expansão das telecomunicações brasileiras, acrescentou.

Lula reiterou o pedido feito por Dirceu, para que o presidente Fernando Henrique Cardoso adie o processo de venda da Telebrás até o final das eleições de 98. "Não estou pedindo muito. Em nome da ética, espero que Cardoso tenha cinco minutos de grandeza e suspenda o processo até o final do período eleitoral".

Lula baseou seu pedido no "modelo" do presidente conservador francês Jacques Chirac, que interrompeu o processo de privatizações em seu país durante as eleições. "A privatização quebra a indústria nacional", avaliou. O projeto Brasil Telecom foi elaborado por vários sindicatos e federações ligados ao setor das telecomunicações, propondo um novo modelo para o País, que não prevê a privatização.

*do InvestNews

"Em nome da ética, espero que Cardoso suspenda o processo de venda da Telebrás até o final do período eleitoral", disse Lula"